



O estupro que não aconteceu: As fontes, o jornalismo e os erros¹

Valéria SINÉSIO²
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

Este artigo busca fazer uma reflexão sobre o jogo de interesses que permeia a relação entre os jornalistas e suas fontes. O caso aqui analisado, o de um estupro que não aconteceu, serve de exemplo para mostrar o quanto pode ser arriscado confiar em uma determinada fonte, sem fazer questionamentos. Quando não há limites nessa relação de dependência, quem perde é o público, que recebe notícias inverídicas ou incompletas.

PALAVRAS-CHAVE: fontes; sensacionalismo; jornalismo investigativo.

Introdução

A discussão sobre o relacionamento entre jornalistas e fontes não é recente. Os problemas dessa relação também não. Muitas vezes, em busca do ‘furo jornalístico’, os repórteres não medem esforços para conseguir uma informação exclusiva, uma declaração que a concorrência desconhece. Diante dela, perdem a compostura, esquecem do preceito básico do jornalismo, que é ouvir os dois lados da história que logo mais chegará ao público em forma de notícia.

Este artigo analisa a cobertura jornalística do portal *GI Paraíba* sobre o desaparecimento de uma adolescente no ano de 2013, no município de Santa Rita, na Grande João Pessoa. Tendo como fonte principal da matéria a delegada de polícia responsável pela investigação do caso, o portal traz a notícia de que a adolescente foi raptada e colocada em uma van, onde teria sido estuprada por cinco homens. A notícia, como era de se esperar, causou espanto e espalhou medo na sociedade, que se viu naquele instante ameaçada pela violência urbana, quando tudo não passava de uma informação inverídica, publicada em consequência de uma apuração superficial. Ribeiro

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 02 a 04 de julho de 2015.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), valerivss@hotmail.com.



(1995, p. 47) destaca que “para a imprensa, não há coisa mais cômoda do que acampar ao lado de uma autoridade e esperar seus pronunciamentos oficiais”.

Fontes podem garantir uma manchete, mas também podem ajudar a arruinar a credibilidade do jornalista. Diante desse risco, o melhor é sempre ter cuidado e saber selecionar as fontes. Noblat (2004, p. 62) afirma que “fora vocês mesmos, que são pagos para encontrar boas histórias, a melhor fonte de informação não é a que sabe tudo, mas a que nos conta o que sabe”.

A relação entre o jornalista e suas fontes pode implicar em erros, pois a informação repassada pela fonte pode ter intenção de esconder outra. Ou mais: pode ser inverídica, como aconteceu no caso citado neste artigo, o do falso estupro, que levou o *portal G1 Paraíba*, um dos mais acessados do estado da Paraíba, a cometer o que chamamos de ‘barriga’³.

Fontes podem mentir, mas é de se esperar que não mintam. Colocam-se aí duas questões: ‘por que se conta que alguém preste informações a um estranho, se nada ganha com isso?’ e ‘por que confiamos que, decidida a responder, essa pessoa não inventará uma resposta qualquer?’. (LAGE, 2004, p. 54-55).

Embora uma boa fonte jornalística deva ser preservada, o repórter deve ter cuidado para não confundir os limites profissionais com os pessoais. Um não deve ultrapassar a seara do outro. “O repórter não precisa – na verdade não deve – inserir-se socialmente na vida das fontes, e vice-versa” (FORTES, 2012, p. 40). Esse distanciamento é importante para que o jornalista não fique ‘devendo favores’ e se veja obrigado a retribuir gentilezas com notícias (ou omissões) que interessam diretamente à fonte.

Rossi (2000, p. 51) afirma que “há inúmeros jornalistas que, pela sua honestidade, são respeitados pelas fontes de informação, mesmo quando veiculam notícias que não as agradam”. Mas isso não se consegue de qualquer jeito. O jornalista deve ter uma postura ética e perseguir a verdade dos fatos, sem privilegiar fontes que possam vir a ser prejudicadas com a publicação de determinada notícia. Segundo Kotscho (1989, p.23), “o maior patrimônio de um repórter é a credibilidade – as pessoas precisam confiar em

³ ‘Barriga’ é a expressão utilizada no jornalismo para se referir aos erros cometidos pelos jornalistas e pelos veículos.



você para contar histórias que consideram delicadas porque mexem com a vida de outras pessoas”.

O Manual da *Folha S. Paulo* destaca que o jornalista deve cultivar suas fontes para obter informações, exclusivas, de preferência, mas lembra que é preciso apurar e confirmar tudo o que se ouve. A busca pelo ‘furo’ da notícia não pode ser maior que a responsabilidade do jornalista e do veículo em levar uma informação precisa ao seu público. Segundo Pena (2012, p. 58), “para o jornalista, a desconfiança não é pecado, é norma de sobrevivência”.

As fontes também não devem ditar as regras nessa relação de conveniência que vivem com os jornalistas, muito menos pedir para ver a matéria antes de sua publicação, embora possa ter exceções diante de algumas situações específicas, como explica-se abaixo:

A tolerável: quando fica acordado entre o repórter e o entrevistado que o segundo poderá ler o material não publicado desde que, feito isso, solicite mudanças apenas no caso de detectar erros factuais no texto. A recomendável: quando se trata de entrevista sobre assunto demasiado técnico ou que o repórter não domine. Nesse caso, a disposição do entrevistado de checar termos e colocações pode ser valiosa. (OYAMA, 2008, p. 46).

Não basta apenas ouvir a fonte, é preciso investigar, questionar o que se diz e buscar ouvir os envolvidos. Muitas vezes, o entrevistado, por vaidade, pode acabar falando demais, de forma precipitada, o que pode resultar em uma notícia inverídica, a exemplo do caso do falso estupro analisado neste artigo, no qual a delegada teve pressa em dar seu veredito.

Saber encontrar o ponto fraco do entrevistado e explorá-lo é uma qualidade preciosa para a técnica da entrevista. E, muitas vezes, mas muitas mesmo – esse ponto fraco será a vaidade. Ela faz as pessoas contarem o que não gostariam e revelarem mais do que deveriam. A vaidade, ou seu excesso, em muitos casos, por si só já é notícia. (OYAMA, 2008, p. 35).

O jornalista e suas fontes: uma relação indispensável e arriscada

De acordo com Traquina (2008, p. 120), “as fontes oficiais são as fontes dominantes na produção de notícias”. Delegados, promotores de Justiça, policiais e pessoas ligadas aos



poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são exemplos de fontes oficiais, as quais costumam dar credibilidade à determinada notícia. Trazer a declaração de uma fonte oficial na matéria confere veracidade, ainda que essa não seja a regra. O motivo é simples: fontes oficiais também erram. Segundo Pena (2008, p.15) “[...] é preciso criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados”.

Um exemplo clássico de erros de fontes oficiais é o caso Escola Base, ocorrido em 1994, em São Paulo. Quatro pessoas, dentre elas os donos da escola, foram presos suspeitos de abuso sexual contra crianças matriculadas na instituição. A acusação logo foi acolhida pela mídia do país, que contribuiu com matérias e opiniões para macular a honra dos envolvidos, que processaram a imprensa, mas nunca mais conseguiram refazer suas vidas.

Pena (2012, p. 62) nos lembra que “as fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de instituição”.

Outra situação comum de acontecer é a fonte desmentir a informação repassada, deixando a responsabilidade unicamente com o jornalista que assina a matéria. Diante dessa possibilidade de negação, a orientação é gravar sempre as entrevistas, seja pessoalmente ou por telefone, para evitar surpresas desagradáveis mais tarde.

Um dos mais hábitos preferidos de quem é flagrado por um repórter é mandar cartinha para a redação dizendo que não disse o que disse. E quanto mais poderoso é o entrevistado, mais vulnerável se torna o repórter. Então, nada de confiar na palavra alheia nesses casos. Gravador neles. (FORTES, 2012, p. 38).

O jornalista que se conforma com as declarações de fontes oficiais pode estar prestando um desserviço à população. Segundo Dines (1986, p. 18) “o papel do jornal (ismo) é a busca de circunstâncias”. Contudo, é preciso avaliar se a notícia que se tem nas mãos é verídica ou se não fere a honra de terceiros. De acordo com Moura (2007, p. 131), “com base na documentação adquirida, ou seja, nas evidências do fato, o repórter parte para a adoção, modificação ou até rejeição de certas conjecturas”.



Crítérios de noticiabilidade

Nem todo acontecimento vira notícia. Para um fato ocupar um espaço nos veículos de comunicação ele precisa ultrapassar os ‘portões’, o que caracteriza a Teoria do *Gatekeeping*. Segundo Traquina (2005, p. 150) “o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por vários *gates*, isto é, portões [...]”.

Trazendo a teoria para a nossa análise, significa dizer que a informação de que uma adolescente havia sido dopada e estuprada por cinco homens logo após sair do colégio, em Santa Rita, conseguiu ultrapassar todos os portões e virou notícia – embora não passasse de um factóide inventado pela vítima para omitir seu paradeiro aos pais.

De acordo com Shoemaker e Vos (2011, p. 14), “embora uma decisão no processo de *gatekeeping* sozinha possa parecer trivial, mensagens variadas e comuns surgem todos os dias, tornando o processo complicado e altamente significativo”. É importante lembrar que nas redações a quantidade de fatos a passar pelos portões é variável e imprevisível.

A notícia sobre o falso estupro da adolescente também pode ser explicada pela Teoria do Agendamento, sobre a qual Pena (2012, p. 142) dá a definição: “[...] defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa [...]”. É pertinente destacar o pensamento defendido por McCombs (2009, p. 44) de que “alguns jornalistas desmentem a existência de qualquer influência de agendamento no público”.

A primeira matéria: o estupro que não existiu

A primeira notícia sobre o caso foi publicada no dia 11/04/2013, um dia após o suposto desaparecimento da adolescente. No *lead*, é dada a informação principal da apuração do repórter: a de que a jovem foi arrastada para dentro de uma van, dopada e estuprada. O relato inicial teve como fonte a mãe da suposta vítima, conforme observa-se na matéria do *G1 Paraíba*.

Se a informação de que o jornalista dispõe ainda não está checada, ela é apenas uma pista, não é uma notícia; é uma possível notícia. Ao publicá-la correndo o risco de ter de corrigi-la mais adiante, ele assume também o risco de distorcer os fatos. (BUCCI, 2000, p. 140).

Figura 1 - Primeira matéria publicada sobre o caso



Fonte: G1 Paraíba

A confirmação do estupro pela fonte oficial

Pouco mais de sete horas após a publicação da primeira matéria dando conta de que uma adolescente havia sido estuprada por cinco homens, o portal de notícias publica a segunda matéria sobre o caso, ainda no dia 11 de abril de 2013. Nesta, a delegada responsável pelas investigações afirma, segundo o relato jornalístico, que o laudo do Instituto de Polícia Científica da Paraíba (IPC-PB) confirmou o estupro. A fonte oficial declara que está buscando informações para fazer o retrato falado dos suspeitos. Na matéria, a delegada relata, em detalhes, o depoimento da adolescente, que seria vítima, caso o fato fosse real.

Embora afirme que o caso deve ser tratado com zelo, a delegada não teve o cuidado de apurar primeiro para confirmar depois. O veículo, pelo que se observa, fez o mesmo trajeto: não investigou o fato, apenas aceitou verdades prontas. Segundo Fortes (2012, p. 39), “quanto mais pesado o assunto, mais curioso e desconfiado deve ser o repórter. A curiosidade é que leva o homem a olhar um buraco escuro no chão. A desconfiança é o que o impede de meter a mão sem antes pesquisar o que tem dentro”.

A segunda matéria publicada sobre o caso também traz relatos da mãe da adolescente, que diz lamentar pela insegurança e até demonstra culpa por não ter conseguido evitar o estupro (que não existiu). À essa altura, a notícia já havia se espalhado e outros pais e mães certamente estavam atormentados com a possibilidade de seus filhos também se tornarem vítimas desses ‘monstros’ que estavam soltos.

Figura 2 – Segunda matéria publicada sobre o caso



Fonte: G1 Paraíba

A reviravolta: desmentindo a notícia

O desmonte do ‘circo’ acerca da notícia do estupro aconteceu três semanas após a publicação da primeira matéria sobre o caso. Quem desmente a versão é outra fonte oficial, também um delegado de polícia. Segundo o relato dele ao *G1 Paraíba*, a adolescente forjou o estupro para esconder da família que mantinha uma relação homoafetiva com outra jovem de sua idade.

O curioso é que na terceira matéria o delegado afirma que aguarda o laudo do IPC-PB que comprovaria o estupro. Acontece que na segunda matéria sobre o caso a delegada plantonista afirmou que o laudo já havia saído e que o estupro foi confirmado. É importante destacar que o laudo do IPC leva de 10 a 30 dias para ficar pronto, o que

sugere que não houve questionamentos por parte do repórter diante da declaração da delegada.

Segundo Bucci (2000, p. 141), “as distorções inadvertidas conduzem ao vexame ou, o que é pior, ao assassinato da reputação. Foi isso que se deu com o caso da Escola Base, em São Paulo [...]”.

O portal *G1 Paraíba* dedica o último parágrafo da notícia para explicar a confusão e atribui o erro à delegada plantonista, Maria Rodrigues, que prestou as declarações iniciais. A fonte oficial, por sua vez, tenta se defender destacando que em nenhum momento disse que teve acesso ao exame e que confirmou o estupro com base no depoimento da garota e da mãe dela.

Figura 3 – Terceira matéria publicada sobre o caso

The image shows a screenshot of a news article from the G1 Paraíba website. The article is dated 29/04/2013 20h03 and was updated at 29/04/2013 20h18. The main headline is "Garota forjou estupro para esconder caso homoafetivo na PB, diz delegado". Below the headline, there is a sub-headline: "Delegado disse que desconfiava do desfecho do caso desde o início. 'Estudante confessou ter inventado a história', disse delegado." The article text begins with: "O delegado responsável pela investigação do caso em que uma adolescente de 17 anos disse ter sido atacada, dopada e estuprada em uma van na cidade de Santa Rita, Grande João Pessoa, disse que ela forjou toda a história. A delegada da Mulher, Maria Rodrigues, que atendeu o caso disse ter confiado no depoimento da mãe da menina quando confirmou o estupro para a imprensa." Below the main text, there are social media sharing options (Comente agora, Tweet, 18, Recomendar, 25) and a section titled "saiba mais" with two sub-headlines: "Adolescente foi dopada e arrastada para van na Paraíba, diz mãe" and "Estudante é estuprada por cinco homens na Paraíba, diz polícia".

Fonte: G1 Paraíba



Considerações finais

Diante do que foi exposto neste estudo, podemos afirmar a importância de estabelecer limites na relação entre o jornalista e suas fontes e de sempre checar as informações recebidas antes de publicá-las. É preferível gastar mais tempo na apuração – ou mesmo não publicar a notícia – que mais tarde ter de consertar o erro. A rotina atribulada nas redações, sobretudo no jornalismo, onde o repórter tem que apurar a notícia, fotografar e editar, não pode ser usada como desculpa para os erros da notícia.

O caso analisado neste estudo é apenas mais um entre tantos erros causados pela combinação de fatores: fontes precipitadas e apuração duvidosa. Se ao receber a informação de que uma adolescente havia sido estuprada por cinco homens o repórter tivesse tido o cuidado de ampliar a apuração poderia ter diminuído as chances de erro. Uma informação básica poderia ter evitado o desastre da notícia do portal: o fato de que os laudos do IPC sobre estupro levam de 10 a 30 dias para serem concluídos. Essa informação por si só derrubaria a declaração da delegada, que no dia posterior ao desaparecimento da jovem afirmou que o laudo confirmou o estupro.

O importante nesses casos é questionar todas as informações, não por pura desconfiança da fonte, mas para evitar erros como o visto neste estudo. Sem essa postura, o repórter assume o risco de cometer injustiças e publicar inverdades, que – em menor ou maior grau – afeta a credibilidade do veículo, e também do profissional.

É hábito nas redações, principalmente entre os jornalistas que cobrem a área policial, buscar fontes oficiais como delegados, policiais, agentes de investigação, o que é salutar para a notícia, contudo, o repórter não pode simplesmente receber uma informação e não ampliar a discussão. A pluralidade das fontes sempre enriquece a notícia e serve também para confrontar as informações recebidas.

No caso aqui analisado, o repórter poderia ter ido à escola onde a jovem estudava e ter recebido a informação de que ela não foi à aula naquele dia (ela disse que foi abordada pelos homens no momento que saía da escola). Muitas vezes, por comodismo, o repórter faz a apuração por telefone, o que também aumenta as chances de erro, tendo em vista que o jornalista não esteve no local. A apuração por telefone, apesar de sua importância, impede a observação direta dos fatos e do comportamento dos entrevistados.

Por fim, destacamos que a conveniência existente na relação entre o jornalista e suas fontes não pode anular os princípios para o exercício do bom jornalismo. A



subserviência, nesse caso, implica em prejuízos diretos na apuração jornalística e na notícia que é publicada.



Referências bibliográficas

- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DINES, A. **O papel do jornal**: uma releitura. São Paulo: Summus, 1986.
- FORTES, L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2012.
- KOTSCHO, R. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1989.
- LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MANUAL DA REDAÇÃO. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- McCOMBS, M. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Tradução: Jacques Wainberg. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MOURA, S. **Caco Barcellos**: o repórter e o método. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- NOBLAT, R. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2004.
- OYAMA, T. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PENA, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. **F. Teoria do jornalismo**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- RIBEIRO, A. **Caso Escola Base**: os abusos da imprensa. São Paulo: Ática, 1995.
- ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P. **Teoria do gatekeeping**: seleção e construção da notícia. Porto Alegre, 2011.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2 ed. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.



TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2008.